

CARTA DAS MULHERES DE OLINDA

*Recebido em 24/09/25
Juizena Magalhães*

À Prefeitura de Olinda

À Secretaria da Mulher

Às demais secretarias e órgãos competentes do município

Nós, mulheres de Olinda, representantes de mais de 20 comunidades do município, reunidas no dia em 02 de agosto de 2025 no Centro de Cultura Luiz Freire, durante a Conferência Livre das Mulheres de Olinda: **Em Luta Por Políticas Públicas e Direitos**, trazemos a público as propostas e reivindicações resultado dos olhares, diálogos e análises de 81 mulheres, na sua maioria mulheres negras, de comunidades periféricas de Olinda, participantes da referida Conferência.

A Conferência Livre de Olinda, 2025 representou um momento importante no fortalecimento do processo de participação das mulheres e da sociedade civil organizada para avançarmos na conquista de políticas públicas no município. Apesar de avanços nas políticas para as mulheres, estes não se refletem numa melhor qualidade de vida das mulheres que vivem na cidade.

De acordo com o Censo de 2022, a maioria da população de Olinda é formada por mulheres (54,07% da população total, cerca de 189 mil mulheres). Apesar disso, do orçamento total do município de Olinda para 2025 (R\$1.278.300.000,00) o valor destinado às políticas específicas é de R\$0,87 para cada mulher olindense.

Segundo o Observatório da Saúde Pública, a mortalidade por câncer de mama em Olinda é de 19,7 por 100 mil mulheres, quando a média nacional é de 11,71. Já para o câncer de colo de útero temos uma taxa de mortalidade de 13,6 por 100 mil mulheres em contraste à taxa nacional de 4,51.

Dados da pesquisa: "Violência Contra as Mulheres no Município de Olinda-PE: Uma análise a partir do triênio 2018-2020", **indicam que no período**, uma mulher foi violentada por dia na cidade. A mesma pesquisa informa ainda que **a cada 4 dias, uma mulher é vítima de estupro na cidade**. Outro dado

alarmante é que a cada ano, 30 meninas com idade entre 10 a 14 têm filhos, o que revela a incidência de violência sexual,

No início da atual gestão, foi anunciada a criação da Secretaria da Mulher. Até então, a gestão das políticas para as mulheres no município ocorria no âmbito da Secretaria Executiva da Mulher, ligada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. No entanto, a mudança anunciada ainda não foi concretizada. No momento o Conselho Municipal da Mulher ainda se encontra desativado. A LOA 2025 estabelece o valor irrisório de R\$5.000,00 para o seu funcionamento.

Durante a Conferência Livre das Mulheres de Olinda: **Em Luta Por Políticas Públicas e Direitos**, debatemos as políticas de nossa cidade que dizem respeito a nossas vidas, nossos direitos e necessidades a partir de 4 eixos temáticos: saúde, educação, cultura e violência contra a mulher. Como resultado dos debates nos 4 Grupos de Trabalho (GTs) destacamos que, é urgente:

No relativo aos órgãos de política para as mulheres, exigimos:

- Ativação imediata da Secretaria da Mulher e do Conselho Municipal da Mulher.
- Destinação de no mínimo 10% da Lei Orçamentária Anual (LOA) para políticas públicas voltadas às mulheres.

No relativo a políticas de assistência social, exigimos:

- Criação de um Censo Municipal das Mulheres em Situação de Rua, visando subsidiar políticas específicas.
- Ampliação do acesso às políticas públicas para mulheres em situação de rua, garantindo sua inclusão nas ações do município.

No relativo aos serviços de enfrentamento a violência contra a mulher, exigimos:

- Aumento do efetivo da Patrulha Maria da Penha, com prioridade na designação de guardas municipais mulheres.

- Núcleos Comunitários de apoio à mulher em situação de violência por Administrativa (RPA), nos moldes dos Conselhos Tutelares.
- Implantação de acompanhamento interdisciplinar nos casos de violência nas escolas.

No que diz respeito à política e serviços de saúde, destacamos:

- Retomada do Programa Saúde na Escola, incluindo ações sobre saúde sexual e reprodutiva.
- Contribuição para divulgação e apoio aos espaços de educação e saúde sobre a Resolução nº 258 do CONANDA, publicada em dezembro de 2024, que estabelece diretrizes para o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, incluindo o acesso ao aborto legal, conforme previsto em lei. A resolução visa garantir que vítimas de estupro tenham acesso rápido e seguro à interrupção da gravidez, sem barreiras burocráticas, e que recebam informações claras e adequadas sobre seus direitos.
- Reestruturação e ampliação das equipes de atenção primária e especializada, via concurso público e formação continuada.
- Garantia de atenção integral à saúde das mulheres em toda a rede municipal, com foco em adolescentes, mulheres no climatério e menopausa, por meio de ações descentralizadas e ampliação das unidades móveis.
- Inclusão de ações de promoção à saúde nos espaços religiosos e comunitários.
- Instituir, no âmbito da Secretaria de Saúde de Olinda, uma **linha de cuidado** específica para o aborto legal, garantindo **acolhimento humanizado, sigiloso e não revitimizante**, com **fluxo intersetorial** (saúde, assistência, educação, Conselhos Tutelares, sistema de justiça) e **acompanhamento integral** (clínico, psicossocial e social), da entrada ao pós-aborto, com **monitoramento de indicadores**, formação contínua das equipes e comunicação pública informativa e não estigmatizante.
- Reabertura imediata do Laboratório Municipal de Olinda.

- Ampliação e descentralização do número de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) na cidade.
- Garantia de assistência farmacêutica contínua, com disponibilidade permanente de medicamentos e insumos.
- Ampliação do Programa Saúde da Família nas áreas atualmente descobertas.

Na área da Educação, entendemos que é urgente:

- Aprimoramento da política de educação para a equidade de gênero nas escolas municipais, com conteúdos e práticas que promovam igualdade entre meninas e meninos e identifiquem precocemente casos de bullying e abusos sexuais contra crianças cis e LGBTQIAPN+.
- Fortalecimento e ampliação dos programas de formação continuada para educadoras(es), e todos os trabalhadores que atuam no espaço escolar com enfoque em identificação, acolhimento e encaminhamento de casos de violência e abuso.
- Implementar de forma transversal e obrigatória a **Lei 10.639/2003** (e **11.645/2008**), com currículo, materiais, formação e monitoramento antirracista.

Na área da Cultura, identificamos a falta de:

- Ampliação dos espaços de cuidado e atenção a crianças e dependentes de mulheres trabalhadoras e fazedoras da cultura durante os ciclos culturais do município (Carnaval, São João, Natal, etc.).
- Criação de um fundo de apoio financeiro para mulheres trabalhadoras e fazedoras de cultura.
- Implantação de iniciativas de geração de renda para mulheres na cultura (como o programa Repartatório API).
- Criação de estratégias de formação para fazedoras de cultura, com enfoque em economia solidária e criativa.

Esperamos que esta carta seja acolhida com o compromisso político necessário à construção de uma cidade mais justa, inclusiva e segura para todas as mulheres. Acreditamos que apenas com diálogo constante e efetivo entre as mulheres e a Prefeitura de Olinda será possível avançar na construção de políticas públicas que atendam de forma concreta às necessidades das mulheres em sua diversidade.

Olinda, 02 de agosto de 2025